

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO LETRAS E ARTES  
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS LIBRAS**

**MARIANA RODRIGUES ALVES**

**INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO SUPERIOR POR MEIO DA  
ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

**RIO BRANCO  
2025**

**MARIANA RODRIGUES ALVES**

**INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO SUPERIOR POR MEIO DA  
ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação de Licenciatura em Letras Libras, da  
Universidade Federal do Acre, como requisito  
parcial para obtenção do Grau Licenciado em  
Letras Libras.

Orientador: Prof. Ms. Fabiano Sales de Aguiar

**RIO BRANCO**

**2025**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAC

---

A474i    Alves, Mariana Rodrigues, 1997-  
Inclusão de alunos surdos no ensino superior por meio da acessibilidade  
linguística: uma revisão de literatura / Mariana Rodrigues Alves; Orientador: Prof.  
Msc. Fabiano Sales de Aguiar – 2025.  
44 f.: il.; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) apresentado à Coordenação  
de Licenciatura em Letras Libras da Universidade Federal do Acre, como  
requisito parcial para obtenção do Grau Licenciado em Letras Libras.

1. Inclusão. 2. Acessibilidade linguística. 3. Ensino Superior. 4. Surdez. 5.  
Língua de sinais I. Aguiar, Fabiano Sales de (orientador). II. Título.

CDD: 419

**MARIANA RODRIGUES ALVES**

**INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO SUPERIOR POR MEIO DA  
ACESSIBILIDADE LINGUÍSTICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial do título de Licenciado em Letras Libras, no Curso de Licenciatura em Letras Libras, pela Universidade Federal do Acre.

Rio Branco, 31 de março de 2025.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Ms. Fabiano Sales de Aguiar (UFAC)  
(Orientador – Universidade Federal do Acre)

---

Profa. Dra. Rosane Garcia Silva (UFAC)  
Examinadora Interna

---

Prof. Dra. Ivanete Freitas Cerqueira (UFAC)  
Examinadora Interna

**Rio Branco**

**2025**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho à minha família, que me apoiou incondicionalmente durante toda a minha trajetória acadêmica. De modo especial, ao meu pai Francisco Assis Leite e à minha mãe Maria das Dores Rodrigues, por todo amor, carinho, incentivo, por todas as vezes que luram por mim e principalmente por serem pessoas maravilhosas no qual me espelho com muito orgulho. Ao meu companheiro Cliver Hudson por me apoiar nos momentos mais desafiadores e me ajudar a enfrenta-los. Dedico aos meus queridos avós Margarida Bezerra, Pedro Rodrigues e Walter Araújo Alves que mesmo não possuindo acesso à educação foram um exemplo de superação e vida, trabalhadores, sonhadores e que sempre incentivaram seus netos a seguir seus sonhos e conquistar o melhor. Dedico também este trabalho a mim mesma por todo esforço e persistência que desempenhei ao trilhar minha jornada acadêmica até a conclusão deste TCC e sobretudo quero agradecer a Deus por sempre guiar minhas decisões e me proporcionar forças para que eu pudesse atingir meus objetivos.

## **AGRADECIMENTOS**

Eu Mariana Rodrigues Alves quero agradecer meus pais Francisco Assis Leite Alves e Maria das Dores Rodrigues da Costa Alves por todo apoio recebido durante toda minha vida, pelas oportunidades que me proporcionaram, pelo cuidado, zelo e preocupação, me acompanhando em todos os momentos de minha vida e consequentemente em toda minha trajetória acadêmica.

A minha irmã Magda Rodrigues Alves, que por muitas vezes cuidou de mim quando pequena, que ia me buscar na pré-escola e que com seu jeitinho peculiar sempre buscou me incentivar a conquistar coisas maravilhosas.

A minha irmã Mayanne Rodrigues Alves, que foi meu primeiro exemplo na conquista de uma graduação de ensino superior, o que para muitos, pode ser apenas uma titulação, mas que para nós família pertencentes à família Rodrigues Alves de origem humilde e batalhadora e sonhadora sempre foi símbolo de uma conquista grandiosa.

A meus sobrinhos Ana Carolina Rodrigues e Pietro Guilherme Rodrigues que mesmo sem intenção, me alegravam com brincadeiras e sorrisos.

A meu companheiro Cliver Hudson Oliveira da Silva, por estar comigo, me apoiando, incentivando, cuidando de mim e me ajudando com toda a paciência para que eu nunca desistisse e sempre se orgulhando de mim mesmo nas mínimas conquistas.

Quero agradecer também meu orientador Prof. Ms. Fabiano Sales, por toda orientação e paciência que no desenvolver desta monografia.

A Profa. Dra. Rosane Garcia Silva, responsável pela disciplina de TCC, por todos os ensinamentos e recomendações desde a construção até a finalização deste trabalho.

Também gostaria de agradecer a os professores que fizeram parte de toda minha trajetória acadêmica desde a educação infantil até a conclusão de meu curso de graduação, sou resultado dos esforços e ensino de todos vocês e desejo de todo o coração que eu possa pôr em prática tudo o que me foi ensinado.

Acima de tudo quero agradecer a Deus, pela grandiosidade de tudo o que ele tem me proporcionado, gratidão!

*“Não é a surdez que define o destino das pessoas, mas o resultado do olhar da sociedade sobre a surdez.”*

– Vygotsky

## RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como propósito central analisar como ocorre, institucionalmente, a inclusão de alunos surdos no ensino superior por meio da acessibilidade linguística, dentro dos cursos de letras libras. Para isso, a metodologia adotada na construção deste trabalho foi a revisão bibliográfica, onde se investigou produções de cunho acadêmico como artigos e livros presentes nas plataformas SciELO (*Scientific Eletronic Library Online*) e portal de Periódicos CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), publicadas nos últimos cinco anos (2019-2024), que abordem em seu conteúdo, políticas e práticas de acessibilidade linguística direcionadas a alunos com surdez no ensino superior, mais especificamente no curso de Letras Libras e sua influência no processo de ensino e aprendizagem destes alunos. Os resultados revelam que embora exista no Brasil uma legislação que ampare o acesso e a inclusão dos alunos surdos no ensino superior e apesar dos avanços, ainda que gradativo das práticas inclusivas por parte de algumas instituições, é importante inteirar a participação plena desses alunos. A acessibilidade linguística estende-se além disponibilização de intérpretes de Libras, dependendo também de uma série de fatores, por exemplo: formação continuada para professores, pois quanto mais qualificados melhores serão os resultados obtidos, tanto no desenvolvimento de suas aulas quanto na efetividade do ensino tornando-se, portanto, crucial que essa qualificação aborde de modo interino e significativo focando na Libras, contemplando desde a metodologia de ensino, abordagem do aluno, elaboração de materiais didáticos adaptados, além da necessidade de disponibilizar aos estudantes surdos e seus educadores uma infraestrutura de qualidade que facilite a implementação da comunicação nas esferas acadêmicas em sua totalidade.

**Palavras chave:** Inclusão. Acessibilidade linguística. Ensino superior. Surdez. Língua de Sinais.



## RESUMEN

Este Trabajo de Fin de Grado tiene como objetivo central analizar al modo en que se lleva a cabo, a nivel institucional, la inclusión de estudiantes sordos en la educación superior a través de la accesibilidad lingüística en los programas de Letras-Libras. Para ello, se ha adoptado una metodología de revisión bibliográfica, mediante la cual se han examinado producciones académicas tales como artículos y libros, indexadas en las plataformas SciELO (Scientific Eletronic Library Online) y el Portal de Periódicos CAPES (Coordinación de Perfeccionamiento de Personal de Nivel Superior), publicadas en el período comprendido entre 2019 y 2024. Dichos estudios abordan políticas y prácticas de accesibilidad lingüística dirigidas a estudiantes con discapacidad auditiva énfasis en el curso de Letras-Libras y su impacto en los procesos de enseñanza y aprendizaje. Los resultados evidencian que, si bien en Brasil existe un marco normativo que garantiza el acceso y la inclusión de los estudiantes sordos en la educación aún es gradual. Algunas instituciones han adoptados prácticas inclusivas; sin embargo, resulta fundamental reforzar la participación plena de este colectivo a través de estrategias de accesibilidad lingüística que trasciendan la mera disponibilidad de intérpretes de lengua de signos. La efectividad de dichas estrategias depende, además, de factores como la formación continua del cuerpo docente, dado que una mayor cualificación profesional se traduce en mejores resultados tanto en el desempeño académico del estudiantado como en el ejercicio de la enseñanza. En este sentido, se torna imprescindible que la formación docente no solo abarque el dominio de la lengua de signos, sino también aspectos metodológicos, la interacción con el alumnado y la producción de materiales didácticos adaptados. Asimismo, se destaca la necesidad de garantizar una infraestructura académica adecuada que facilite la implementación de prácticas comunicativas inclusivas en el ámbito universitario.

**Palabras clave:** Inclusión. Accesibilidad lingüística. Enseñanza superior. Discapacidad auditiva. Lengua de Signos.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Abade L'Epée ensinando seus alunos na presença de Luís XVI.....	16
Figura 2	Nomeação de Leopoldo Doyle Silva para ocupar interinamente o cargo de repetidor do Instituto Nacional dos Surdos-Mudos, 1884.....	18

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Principais barreiras inclusivas identificadas.....	35
Quadro 2	Estratégias para a promoção da inclusão de alunos surdos.....	36

## **LISTA DE SIGLAS**

CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
IES-Instituição de Ensino Superior  
INES- Instituto Nacional de Educação de Surdos  
LIBRAS- Língua Brasileira de Sinais  
NAPE- Núcleo de Apoio Psicopedagógico Especializado  
SciELO -Scientific Eletronic Library Online  
THE- Teste de Habilidades Específicas  
TIL- Tradutor Interprete de Libras  
UFAC- Universidade Federal do Acre  
UFRA- Universidade Federal de Recôncavo Bahia  
UFRN- Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2</b>	<b>REFERÊNCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>14</b>
<b>2.1</b>	<b>Educação de surdos.....</b>	<b>14</b>
<b>2.2</b>	<b>Educação de surdos no Brasil: uma breve contextualização.....</b>	<b>18</b>
<b>2.3</b>	<b>Inclusão de alunos surdos no ensino superior.....</b>	<b>20</b>
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>26</b>
<b>3.1</b>	<b>Finalidade.....</b>	<b>26</b>
<b>3.2</b>	<b>Objetivo.....</b>	<b>27</b>
<b>3.3</b>	<b>Abordagem.....</b>	<b>28</b>
<b>3.4</b>	<b>Procedimentos.....</b>	<b>29</b>
<b>3.5</b>	<b>Dos procedimentos de produção, coleta, seleção dos dados e contribuições esperadas.....</b>	<b>30</b>
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>32</b>
<b>4.1</b>	<b>Inclusão e desafios para o ensino de surdos na educação superior.....</b>	<b>32</b>
<b>4.2</b>	<b>Identidades surdas e Políticas linguísticas no ensino superior.....</b>	<b>34</b>
<b>4.3</b>	<b>Formação de surdos: barreiras linguísticas e suas consequências.....</b>	<b>35</b>
<b>4.4</b>	<b>Influência dos obstáculos institucionais na resistência dos estudantes surdos no ensino superior.....</b>	<b>37</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>39</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>42</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Incluir os alunos surdos no ensino superior, se configura como um crescente desafio no contexto da educação brasileira, principalmente no que concerne à acessibilidade linguística. Com os avanços e implementações de novas políticas inclusivas, como a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), viabilizar o acesso e a permanência dos alunos surdos nas universidades tornou-se uma prioridade.

Contudo, embora existam essas políticas e normativas, ainda há significativas lacunas que necessitam ser preenchidas para que a inclusão se efetive de modo eficiente e permanente no cotidiano do aluno surdo. Apesar da presença de direitos extremamente essenciais assegurados constitucionalmente em prol do indivíduo surdo, a acessibilidade linguística, em específico, é apresentada como sendo um dos pilares mais importantes na garantia de que os estudantes com surdez possam usufruir de modo pleno e íntegro do ambiente acadêmico, com paridade de oportunidades, e principalmente, respeito às suas singularidades linguísticas.

A escolha deste tema justifica-se pela necessidade de analisar criticamente as medidas de acessibilidade linguística adotadas pelos cursos de Letras Libras, levando em consideração as adversidades enfrentadas pelos alunos com surdez no ensino superior. Essa análise torna-se relevante considerando que há no cenário educacional, políticas inclusivas. Contudo, torna-se necessário saber como funcionam na prática, se se efetivam, se há algo para melhorar e qual a influência dessas práticas na qualidade da educação ofertada.

Com isso, este trabalho buscou resposta para a seguinte problemática: Quais são os desafios e estratégias adotadas pelos cursos de Licenciatura em Letras-Libras para garantir a acessibilidade linguística dos alunos surdos e o impacto dessas medidas na inclusão e desempenho acadêmico desses estudantes no ensino superior?

Fundamentando-se nessa problemática, foi definido o objetivo geral deste trabalho, que é analisar a inclusão de alunos surdos no ensino superior por meio da acessibilidade linguística, identificando as ações inclusivas adotadas por instituições de ensino superior para garantir não somente o acesso (matrícula), como também a permanência e o melhor desempenho desses alunos com deficiência auditiva, destacando também os desafios a serem superados. Ao abordar essas questões, busca-se conscientizar sobre a promoção de ações inclusivas que reflitam busca-se

positivamente no processo de ensino/aprendizagem, possibilitando aos alunos surdos um nível de aprendizado equiparado a seus colegas ouvintes, garantindo, que todos possam ter acesso a um ambiente de ensino com oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento mais igualitárias.

Tendo como ponto de partida o objetivo geral, estabeleceram-se, os seguintes objetivos específicos: a) Identificar as principais barreiras enfrentadas pelos estudantes surdos no ensino superior; b) Examinar as políticas e práticas institucionais voltadas à acessibilidade linguística nos cursos de Letras Libras e c) Discutir a efetividade das medidas implementadas para estabelecer o acesso e permanência desses alunos.

Este estudo reverbera na necessidade de conscientização e sensibilização da comunidade acadêmica a respeito do valor exercido pela acessibilidade linguística na vida dos estudantes com surdez, enfatizando a urgência de um trabalho coletivo e contínuo para se alcançar uma educação inclusiva que respeita e valoriza as singularidades linguísticas do sujeito surdo.

Para organização, este trabalho foi dividido em cinco capítulos. O capítulo 1 é a introdução, no qual são apresentados brevemente a temática, o problema de pesquisa, os objetivos (geral e específico) e as justificativas. No capítulo 2, será abordado o referencial teórico, com discussões referentes ao processo educativo de indivíduos com surdez e sua relação de inclusão, utilizando políticas educacionais inclusivas e a acessibilidade linguística no ensino superior. No capítulo 3, será abordada a metodologia utilizada na pesquisa, detalhando desde sua abordagem, os procedimentos de coleta até a análise dos dados coletados. No capítulo 4, apresentam-se os resultados obtidos durante o processo de revisão bibliográfica. Em síntese, o capítulo 5, tratará das considerações finais, dando destaque as principais conclusões do estudo, suas implicações, bem como sugestões e contribuições para futuras pesquisas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo aborda dos pressupostos teóricos que norteiam e se fazem necessários para a compreensão macro desta pesquisa, estando dividido nas seguintes seções: 2.1 Educação de surdos, na qual serão apresentados fragmentos históricos do processo educacional dos surdos em nível mundial; 2.2 Educação de surdos no Brasil: uma breve contextualização, em que será descrito como se desenvolveu a disseminação da educação para surdos no Brasil; e 2.3 Inclusão de alunos surdos no ensino superior, tratando dos desafios, políticas públicas relacionadas a inclusão de alunos surdos no ensino superior.

### 2.1 Educação de surdos

Durante muito tempo, os indivíduos surdos foram marginalizados pela sociedade e colocados em uma posição inferior em relação aos demais, em decorrência de suas singularidades. Sobre isso, Alves (2021) discorre:

Desde a antiguidade as pessoas com deficiência auditiva foram consideradas incapazes desumanos e vítimas de discriminação, pois naquela época havia uma concepção muito forte de que a oralização era o único método de fala aceitável perante a sociedade (Alves, 2021, p. 28).

Na Antiguidade Clássica, as pessoas surdas eram consideradas aberrações, visto que o prestígio social da época estava ligado ao intelecto. Assim, por não conseguirem se comunicar como os demais, era-lhes negado o direito ao desenvolvimento. Ribeiro e Ernani (2015, p. 2) mencionam que “No tempo do apogeu dos gregos e dos romanos, não faltava preconceito, discriminação e desprezo da sociedade dos “normais” para as pessoas com deficiência [...]”.

Além do desprezo, os autores mencionam que qualquer pessoa que possuísse deformidades era automaticamente vista como aberração ou associada à ideia de ser um “castigo dos deuses”. Apesar de, neste período, não lhes ser o direito à vida, Ribeiro e Ernani (2015) destacam que, para os surdos, viver ainda era uma tarefa difícil, principalmente pelas situações que lhes eram impostas, sempre os colocando em posições desiguais e de desfavorecimento.

Em conformidade com Pellegrinelli (2009), até o século XV, o sujeito surdo



não era percebido socialmente como uma pessoa normal e capaz, devido à sua incapacidade de oralizar, não lhes sendo atribuído o reconhecimento social como indivíduo, o que conseqüentemente reverberava no veto ao acesso à educação, que só lhes foi concedido no século posterior. Sobre isso, a autora continua:

Para os romanos...sua posição-sujeito era determinada pelo fato de eles terem uma posição imaginária segundo a qual os surdos não tinham possibilidade de desenvolvimento moral e intelectual. [...] Uma das conseqüências dessa formação imaginária foi que, em 483 a.C, segundo o código Justiniano, também em Roma, o surdo não podia ser educado [...] (Pellegrinelli, 2009, p. 19-20).

No entanto, com o início da era do Renascimento e o amadurecimento de ideias humanistas, surgiram conseqüentemente as primeiras tentativas de educar os surdos, nas quais se destacou Pedro Ponce de León (1520-1584), monge espanhol, reconhecido como um dos precursores no desenvolvimento de métodos e ações que possibilitavam aos surdos o aprendizado e a comunicação por intermédio da leitura e escrita. Quanto a esse período, Pellegrinelli (2009) descreve:

A partir do século XVI, primeiramente através de iniciativas de ensino isoladas e posteriormente institucionalizadas, a educação dos surdos passa a dar-lhes uma posição sujeito em processo de deslocamento. O sujeito surdo passa a ser olhado como apto à linguagem, capaz de comunicar-se, de pensar, de expressar sentimentos, um ser de moral, não é mais considerado um ser rudimentar, a posição sujeito surdo é tornada humana. Faz-se presente, através deste deslocamento, a força da ideologia e sua formação que acontece no processo de historicidade e leva a sociedade a ter novas concepções sobre antigas questões que sempre foram postas à humanidade, a presença do sujeito surdo (Pellegrinelli, 2009, p. 26).

A perspectiva apresentada por Pellegrinelli (2009) demonstra um processo evolutivo no século XVI perante os pensamentos idealistas da época. O reconhecimento do surdo como um indivíduo pertencente a uma sociedade foi um marco significativo na trajetória histórica dos surdos, pois levou a sociedade a repensar seus ideais e abrir portas para novas concepções e significados relativos à figura do sujeito surdo.

É importante ressaltar que, mesmo apresentando um avanço na obtenção de seu reconhecimento perante a sociedade, os sujeitos surdos ainda possuíam seus direitos limitados.

Outro religioso, Michel L'Épée, desempenhou um papel muito importante no desenvolvimento educacional de surdos, sendo responsável por criar a primeira

escola destinada a surdos em Paris, na qual fazia uso do denominado “método combinado”, que correspondia à associação de imagens a palavras, sendo assim, uma metodologia que refletiu bons resultados Alves (2021 *apud* Rocha, 2008, p. 18).

Figura 1-Abade L'Epée ensinando seus alunos na presença de Luís XVI



Fonte: Alves (2021, p. 30)

O momento retratado na Figura 1 representa os métodos pedagógicos adotados no início da educação de pessoas surdas. Em virtude deste avanço, outros estudiosos da área passaram a se interessar pelas técnicas utilizadas por L'Epêe e Pedro Ponce de León, buscando-os como referência para a aquisição de conhecimento sobre o ensino de indivíduos com surdez.

É importante mencionar que, em 1778, na Alemanha, foi criada uma escola cujo método utilizado para educar os surdos era o oralista. Seu representante, chamado Samuel Heinick, repudiava a prática do uso de sinais, por acreditar que sua utilização representava um grande retrocesso educacional, pois impediria qualquer possibilidade de os surdos desenvolverem a fala. Em decorrência do confronto entre as metodologias do francês L'Epêe e do alemão Heinick, ambas passaram por um processo de análise perante a comunidade científica europeia da época. Os argumentos de L'Epêe foram considerados os mais convincentes, sendo aceitos pelas demais escolas para surdos da Europa, em contraposição, os recursos para a ampliação do instituto de Heinick foram negados (Goldfeld, 1997, p. 26).

O método da sinalização já vinha sendo utilizado no processo educativo de pessoas com surdez. Entretanto, entre os séculos XIX e XX, com a forte ascensão dos aparelhos auditivos, o método oralista se intensificou, tendo sua influência

refletida em 1880, na Itália, durante o Congresso de Milão, o qual baniu oficialmente o uso da língua de sinais, decretando a oralização como prática obrigatória nos ambientes educacionais:

Havia 164 delegados [...], sendo uma boa maioria de franceses e italianos a favor do oralismo, votou pela proibição da língua de sinais nas escolas da época. Apenas Estados Unidos e Inglaterra eram a favor do uso da língua de sinais. Os próprios educadores surdos foram proibidos de votar. Com a influência de Grahm Bell pelas criações de aparelhos auditivos, admirados e criados como uma solução para a “cura” da surdez, o Congresso finalizou com a aprovação do método oral, único e exclusivo para a educação de surdos (Strobel, 2009, p. 33).

Esse decreto foi considerado um retrocesso educacional na vida das pessoas surdas, pois visava impor a oralização, por meio do método de leitura labial, como principal forma de ensino, negligenciando e desvalorizando a cultura e língua desses indivíduos. Como descrito por Lodi (2013), a imposição do oralismo foi algo que se fez presente lado a lado da desvalorização das línguas de sinais, acarretando aos surdos exclusão e invisibilidade social. Consequentemente, passaram a utilizar a língua de sinais de forma “clandestina”, em encontros noturnos, para conseguirem se comunicar. Durante um longo período, a metodologia para educar pessoas surdas era centrada na busca incessante da “solução para a surdez” sempre os submetendo-as a treinamentos repetitivos com o propósito de que, em algum momento, pudessem oralizar.

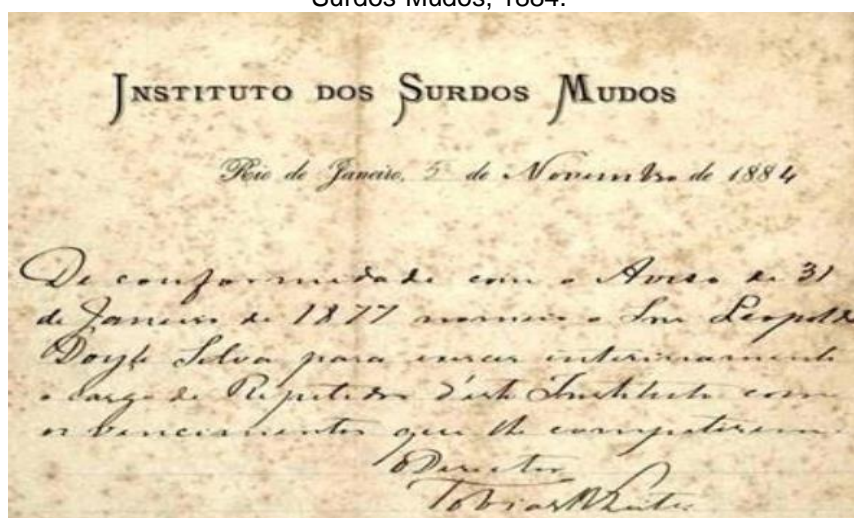
Strobel (2009) comenta que, somente após aproximadamente cem anos de imposição do oralismo, estudos voltados à língua de sinais passaram a se difundir, ganhando força e permitindo que as pessoas surdas retomassem o uso de sua língua de forma livre e gradativa. Contudo, compreende-se que, apesar dos avanços e conquistas ao longo dos anos, ainda houve a manifestação de fortes vertentes ideológicas medicinais, cujo reflexos se fazem presentes em diversos momentos da história dos indivíduos surdos.

Dentre idas e vindas entre o oralismo e a sinalização, somadas a trajetória histórica de recusa da língua de sinais, influenciaram, por um longo período, na despreocupação por parte dos ouvintes, com a necessidade de promover acessibilidade linguística para as pessoas com surdez nas esferas sociais, o que culminou em seu acesso tardio as áreas como saúde, cultura e principalmente educação.

## 2.2 Educação de surdos no Brasil: uma breve contextualização

Em conformidade com Strobel (2009), somente em 1855, a pauta da educação de surdos chegou ao Brasil, por meio do professor especialista Eduardo Huet, a pedido de D. Pedro II, que buscava a implantação de uma instituição de ensino para surdos. No entanto, sua fundação ocorreu apenas após um longo período, efetivando-se em 26 de setembro de 1856, com a nomenclatura de “Imperial Instituto dos Surdos-Mudos”, que, além de instituição de ensino, desempenhava também a função de abrigar crianças surdas-atualmente, o INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos). Alves (2021, p. 32) acrescenta que “A nomeação assinada por Dom Pedro II, [...] foi um ato de suma importância para o início da história educacional dos Surdos sendo assim um prelúdio do aceso dos mesmos à educação”.

Figura 2- Nomeação de Leopoldo Doyle Silva para o cargo de repetidor do Instituto Nacional dos Surdos-Mudos, 1884.



Fonte: Alves (2021, p. 32)

O documento retratado acima foi um marco importante na história dos surdos, pois simboliza os esforços iniciais para a formalização do ensino de pessoas com surdez no Brasil, tendo em vista que sua criação ocorreu com intuito de ofertar aos surdos de ambos os sexos um ensino moral, intelectual e religioso. Já em relação ao processo de legalização da fundação do INES, Doria detalha:

[...] quando a Lei nº 839, de 26 de setembro de 1857, denominou-o Imperial Instituto de Surdos-Mudos [...], o Art. 19 do Decreto nº 6.892 de 19 de março de 1908, mandava considerar-se o dia 26 de setembro como a data de fundação do Instituto, o que foi ratificado pelos posteriores regulamentos, todos eles aprovados por decretos. Inclusive o Regimento de 1949, baixado

pelo Decreto nº 26.974, de 28 de julho de 1949 e o atual, aprovado pelo Decreto nº 38.738, de 30 de janeiro de 1956, (pub. no D.O. de 31 de janeiro de 1956), referindo-se à denominação de Instituto Nacional de Surdos Mudos [...]. Tal instituição viu seu nome modificado recentemente pela Lei nº 3.198, de 6-7-57 (pub. no D.O. de 8 de julho de 1957), para Instituto Nacional de Educação de Surdos (Doria, 1958, p. 171).

Strobel (2009) menciona as dificuldades enfrentadas por Huet, por ser um professor estrangeiro, ao tentar introduzir a mescla entre a Língua de Sinais Francesa e os sistemas já utilizados pelos surdos em diversas localidades do Brasil. Por razões pessoais, Huet acabou deixando o cargo no ano de 1861, sendo substituído de modo imediato por novos diretores ouvintes. “[...] neste período, o INES ficou sendo dirigido por Frei do Carmo que logo abandonou o cargo alegando: “Não aguento as confusões” e com isto foi substituído por Ernesto do Prado Seixá. (Strobel, 2009, s.p). A autora continua que, logo após renúncia do cargo por parte do Frei do Carmo, em 1862, houve uma nova nomeação a diretoria do instituto, na qual o Dr. Manoel Magalhães Couto passou a ocupar o cargo de diretor do INES, no Rio de Janeiro. Contudo, ele não possuía experiência na área da educação de pessoas com surdez, o que gerou dificuldades no processo de ensino dos alunos do instituto.

Em meados da década de 1930, após denúncias na mídia que divulgavam o estado precário em que se encontrava o Instituto e sua real funcionabilidade, que destoava de seus propósitos originais funcionando apenas como asilo de crianças surdas, o então presidente Getúlio Vargas nomeou o Armando Paiva Lacerda como diretor do instituto. Paiva [...] era um médico muito conhecido por fazer grandes pesquisas na área da surdez (Cardoso; Júnior, 2016, s.p). Sob nova direção, o INES tornou-se mais uma vez, referência no ensino de surdos:

[...] A partir da década de 1980 até 1990, renasce no Brasil o uso dos sinais, mais precisamente a filosofia educacional chamada de Comunicação Total, segundo Ciccone (1996). Essa filosofia se originou nos Estados Unidos, na tentativa de melhorar a educação dos surdos. Essa filosofia contempla toda forma de comunicação possível, ou seja, a fala, os sinais, o teatro, a dança, mímica, etc. As escolas especiais iniciaram lentamente o uso de sinais, já que elas estavam enraizadas no oralismo. Aos surdos se deu voz e os professores ouvintes aprenderam os sinais com seus próprios alunos. Um clamor se levantou na educação especial para a abertura de novos caminhos, caminhos estes mais democráticos, mais naturais com o uso dos sinais. A língua de sinais no Brasil ainda não era oficial e não era ainda entendida como uma língua. [...] (Ribeiro; Ernani, 2015, p. 10).

De acordo com Ribeiro e Ernani (2015), sem a regulamentação da Língua Brasileira de Sinais, a estratégia educacional adotada por Paiva representou um

grande avanço no processo educativo dos surdos, pois incentivava a expansão do raciocínio e do conhecimento linguístico. Infelizmente, Armando Paiva foi demitido do cargo por questões políticas, sendo substituído em 1951, por Ana Rímoli de Faria Dória, que permaneceu até 1961 que impôs novamente a metodologia oralista a seus alunos surdos.

Após sua gestão, o ensino focado na oralização foi encerrado, sendo substituído novamente pela abordagem da linguagem gestual, que, após constantes lutas e conscientizações sociais, conseguiu ganhar um espaço de notoriedade. Rocha (2008) aponta que, após a aprovação da Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, a Língua Brasileira de Sinais-Libras, passou a ser legalizada e inserida no contexto educacional, abrindo caminho para a inclusão de estudantes surdos em escolas regulares e para a criação de políticas pedagógicas bilíngues.

A história do ensino de surdos demonstra como mudanças nas esferas cultural, social e, principalmente política, ocorridas ao longo do tempo, reverberaram na evolução e construção de novos princípios e ações voltadas à deficiência. Conhecer essa história permite compreender como ocorreu a transição de um modelo social excludente para um modelo inclusivo.

### **2.3 Inclusão de alunos surdos no ensino superior**

Com uma trajetória repleta de embates, batalhas, avanços e contradições, os surdos carregam consigo cicatrizes oriundas de lutas pela a garantia de seus direitos e, principalmente, pelo reconhecimento como indivíduos. Tratados durante muito tempo como sub-humanos, os surdos viveram silenciados em uma história majoritariamente contada por ouvintes. Carvalho (2015, p. 72) discorre que "a forma como a educação dos surdos foi conduzida nos remete aos modelos colonizadores. [...] a maneira de ensino é voltada para a submissão, e obediência".

O discurso construído sobre o surdo apoiou-se, historicamente, em torno de argumentos médicos, filosóficos, jurídicos e religiosos (Paiva; Melo, 2021, p. 89). Com a surdez sendo vista como uma espécie de doença a ser curada ou tratada, os indivíduos surdos passaram por um longo processo educacional que, infelizmente, não conseguia corresponder às expectativas do próprio sistema, colocando-os na posição de algo quebrado a ser consertado, onde utilizou-se "A medicina, com o intuito de minimizar os prejuízos relacionados às adaptações sociais, busca [...] normalizar

os surdos” (Dall’asen; Pieczkowski, 2022, p. 1132).

Com idas e vindas na definição do melhor método a ser adotado para educar pessoas com surdez, ao longo da história, alternando entre a oralização, a comunicação total e a Língua de sinais, Bispo (2022, p. 73) aponta que foi por meio de atos de resistência dos sujeitos surdos, ao reunirem-se entre si, interagirem e se reconhecerem em grupo por meio de uma língua, que se desencadeou a possibilidade de refletir sobre um universo de discursos a respeito de si mesmos. Com isso, conquistaram um espaço favorável para o desenvolvimento ideológico da própria identidade. A construção da identidade como indivíduos, por meio da interação com seus pares, possibilitou aos surdos conquistar, gradativamente, sociedade.

Paiva e Melo (2021) acrescentam que somente na década de 1980 surgiram os primeiros esboços sobre a uma política educacional voltada à modalidade bilíngue, que considerasse o indivíduo surdo, propondo a uso da Língua de Sinais como primeira língua e da língua oral como segunda língua na modalidade escrita. “As articulações políticas em benefício do reconhecimento político-cultural das línguas de sinais contribuíram para o desdobramento de ações/orientações que contemplassem a acessibilidade linguística para surdos” (Paiva; Melo, 2021, p. 90).

É notório que todos esses embates educacionais contribuíram significativamente para a criação de leis com a finalidade de garantir o acesso dos surdos às escolas. Pode-se mencionar, inicialmente, o artigo 205º da Constituição Federativa do Brasil, que estabelece o dever do Estado e da família quanto à garantia do direito à educação para todos.

Nessa direção, torna-se imprescindível mencionar a promulgação da Lei nº 10.436, de 2002, que conferiu às pessoas surdas o reconhecimento da Libras como língua e instrumento legítimo de comunicação. Essa legislação possui representatividade significativa na construção e consolidação de pautas educacionais inclusivas, solidificando direitos que antes eram socialmente negligenciados, conforme disposto em seu artigo 4º:

[...] sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN, conforme legislação vigente (Brasil, 2002).

A implementação dessa lei foi de extrema importância para aumentar a visibilidade das pessoas com surdez, influenciando consequentemente, na necessidade de adaptação profissional e estrutural nos âmbitos educacionais. Assim, professores e instituições passaram a buscar métodos para adaptarem-se a essa nova realidade. Com isso, aos poucos, a Língua Brasileira de Sinais passou a ser inserida oficialmente no contexto educacional, mantendo, porém, o português na modalidade escrita. Essa medida se transformou em “um marco importante na história, constituindo-se na tentativa de superar os cem anos perdidos desde o Congresso de Milão”, conforme Bispo (2022, p. 73). O reconhecimento da Língua de sinais como primeira língua foi essencial tanto para garantir o direito à comunicação quanto para a construção cultural e identitária do sujeito surdo, abrindo portas que, durante muito tempo, permaneceram fechadas, impedindo-os de usufruírem de seus direitos como indivíduos pertencentes à sociedade.

Como consequência da criação da Lei nº 104.436/2002, foi criado o Decreto nº 5626/2005, que regulamenta a chamada “Lei da Libras”, descrevendo direitos fundamentais no processo educacional dos surdos, como por exemplo os presentes em seu artigo 23º:

As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras-Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação.

§1º Deve ser proporcionado aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade linguística do aluno surdo.

§2º As instituições privadas e as públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso à comunicação, à informação e à educação (Brasil, 2005 ).

O artigo 23º do Decreto nº 5626/2005 assegura a garantia do direito da pessoa surda de acessar as universidades, além de evidenciar a necessidade de que uma estrutura educacional esteja disponível aos docentes, para que possam qualificar-se e realizar adaptações que atendam as singularidades linguísticas dos estudantes com surdez.

Vale ressaltar que, após a aprovação da Lei nº 13.146/2015, houve uma notável evolução das políticas inclusivas, bem como ações influenciadas por ela, principalmente na parte que concerne à garantia dos direitos das pessoas com



deficiência, incluindo o acesso ao ensino superior. Nesse sentido, “as políticas públicas para a inclusão de pessoas com deficiência tem avançado, mas ainda há desafios significativos na implementação efetiva dessas políticas nas instituições de ensino superior” (Lima, 2017, p. 45).

Barbosa (2019) menciona alguns desafios que as instituições de ensino superior brasileiras enfrentam para garantir acessibilidade linguística para os surdos pertencentes a ela. O autor acrescenta que “a adequação das práticas pedagógicas e dos recursos de apoio para alunos surdos ainda enfrenta muitos obstáculos, especialmente nas instituições que não possuem uma estrutura robusta para a inclusão” (Barbosa, 2019, p. 92). Com isso, observa-se que, na prática, ainda há entraves na acessibilidade linguística e a necessidade da elaboração de possíveis soluções para melhorar a inclusão desses alunos em instituições de ensino superior.

Nessa perspectiva, na busca por desenvolver um ambiente institucional educacional mais inclusivo, destaca-se o curso de Licenciatura em Letras Libras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) como exemplo de esforço e dedicação na formação de profissionais qualificados, visando oferecer melhor ensino e suporte aos alunos surdos, especialmente quanto à facilitação do processo de ingresso no curso. Nesse contexto, “a formação de professores de Libras deve contemplar não apenas o domínio da língua, mas também uma compreensão profunda das necessidades e contextos dos alunos surdos” (Quadros, 2013, p. 78). A autora afirma que ações de promoção da acessibilidade e da inclusão devem ser fundamentais na composição da formação docente, afim que consequentemente haja, uma inclusão efetiva dos alunos surdos.

Ações inclusivas bem-sucedidas em relação a inclusão e acessibilidade linguística de alunos surdos em outras instituições podem influenciar positivamente no desenvolvimento e na implementação de novas práticas nas instituições de ensino superior. Nessa perspectiva, “a análise de casos de sucesso em outras instituições pode fornecer insights valiosos sobre práticas pedagógicas e estratégias de acessibilidade que podem ser adaptadas e implementadas” (Silva, 2020, p. 110).

Quadros (2013) argumenta que a formação de professores de Libras deve incluir não apenas o conhecimento da língua, mas também uma compreensão das dimensões socioculturais e pedagógicas relacionadas ao ensino de surdos. A autora afirma que “a formação docente em Libras deve ser integral, abrangendo aspectos linguísticos, culturais e metodológicos, para preparar os professores para atuar

efetivamente em contextos educacionais inclusivos” (Quadros, 2013, p. 78).

Integrar o uso da língua de sinais e adaptar materiais ao processo de ensino é essencial para que os professores possam propiciar aos estudantes surdos um ambiente de aprendizado mais inclusivo. A falta de acessibilidade linguística influencia diretamente a qualidade do desenvolvimento acadêmico do aluno surdo, podendo gerar barreiras significativas que comprometam sua aprendizagem e integração acadêmica.

A implantação de políticas de inclusão no ensino superior, muitas vezes, enfrenta dificuldades na prática. Segundo Silva (2022, p. 1), “mesmo com os inúmeros avanços, em especial nas políticas públicas que possibilitam o acesso à Universidade, os surdos ainda encontram barreiras para permanecer de forma exitosa nessa modalidade”. Esses desafios incluem a falta de recursos apropriados, a necessidade de formação contínua para professores e a resistência à mudança dentro das instituições.

A eficácia dos recursos e métodos implementados para a acessibilidade linguística pode variar. O estudo destaca a necessidade de uma abordagem mais integrada, a fim de garantir que os recursos estejam adequados e sejam usados de maneira eficaz.

A formação de professores é um aspecto crítico para a promoção da acessibilidade linguística, sendo de fundamental importância, embora possa ser executada com direcionamento equivocado. Silva (2022, p. 28) ressalta que “há poucas possibilidades de capacitação para os docentes, normalmente os cursos ofertados focam no Ensino da Língua e não em Estratégias de Ensino”. A formação contínua e o desenvolvimento profissional são primordiais para que os docentes possam lidar com as complexidades da educação inclusiva. Entretanto, faz-se necessário um melhor direcionamento, focando nas especificidades linguísticas do sujeito surdo, para que a inclusão possa, na prática, se efetivar.

A falta de acessibilidade linguística pode ter um impacto negativo significativo na experiência acadêmica dos discentes surdos. Kendrick e Cruz (2020, p. 3) afirmam que “as práticas inclusivas têm se apresentado insuficientes e monolíngues na realidade, desconsiderando as especificidades de aprendizagem desses agentes, o que perpassa, objetivamente, pela língua de sinais”. Esse impacto evidencia a urgência de se abordar e aprimorar as práticas de inclusão nas instituições de ensino superior.

Contudo, analisar a acessibilidade linguística de estudantes surdos no ensino superior é de fundamental importância para o desenvolvimento e fomentação de uma educação inclusiva. Assim, de acordo com Mantoan (2006, p. 29), “a inclusão escolar deve ser entendida como uma mudança de paradigmas, que envolve a construção de um ambiente educacional acessível e adaptado às necessidades de todos os alunos”. Sendo assim, a inclusão escolar não se refere apenas à inserção de alunos com deficiência no espaço físico da instituição, mas a um processo gradativo e contínuo, desde a elaboração do currículo até a adoção de métodos pedagógicos adaptados, que atendam de modo eficaz as singularidades dos estudantes surdos.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Neste capítulo, discorre-se sobre a metodologia utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa, considerando sua caracterização, objetivos, abordagem e os procedimentos que nortearam a investigação. Pormenorizando os procedimentos indispensáveis para a analisar quais são os desafios e as estratégias adotadas nos cursos de Licenciatura em Letras Libras para garantir a acessibilidade linguística de alunos surdos e como essas medidas impactam na inclusão e no desempenho acadêmico desses estudantes no ensino superior.

Por se tratar de uma pesquisa científica, este estudo apresenta métodos que visam cumprir os objetivos propostos, analisando como ocorre o processo de inclusão dos alunos surdos no ensino superior por intermédio da acessibilidade linguística, considerando, os obstáculos enfrentados pelos discentes surdos e as estratégias inclusivas adotadas pelas instituições de ensino superior para a promoção de um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo.

Em conformidade com Demo (1987), a metodologia consiste em uma preocupação instrumental, que traça o caminho para que a ciência trate a realidade teórica e prática. Ela se centra, geralmente, no esforço de introduzir os procedimentos lógicos direcionados a questões casuais, baseando-se nos princípios formais da identidade, dedução e indução, servindo como aporte para o pesquisador organizar suas percepções e, assim, sistematizar os dados obtidos para assegurar alcance dos objetivos planejados.

Com base nesse conceito, delineou o caminho metodológico adotado, com intuito de garantir que os objetivos fossem alcançados.

#### **3.1 Finalidade**

O estudo teve por finalidade realizar uma pesquisa de natureza aplicada, conforme evidenciado por Marconi e Lakatos (2002), caracterizando-se por utilizar e conhecimentos obtidos na pesquisa básica para a solução de problemas da realidade ou aplica-los em demais estudos. Dessa forma, seguindo esse princípio, esta pesquisa teve como objetivo estudar o processo de inclusão de alunos surdos no ensino superior por meio da acessibilidade linguística. No que concerne a isso, Fleury (2016) salienta que:

[...] a pesquisa aplicada pode ser definida como conjunto de atividades nas quais conhecimentos previamente adquiridos são utilizados para coletar, selecionar e processar fatos e dados, a fim de se obter e confirmar resultados, e se gerar impactos (Fleury, 2016, p. 11).

Nesse sentido, levando em consideração a caracterização da pesquisa como sendo aplicada buscou-se oportunizar reflexões que ao ser analisadas contribuam, fomentem soluções ou incentivem de forma benéfica a promoção de um ensino mais inclusivo e equitativo de surdos componentes do corpo discente de instituições de ensino superior.

### **3.2 Objetivo**

Com objetivo de conhecer a problemática relacionada ao campo de estudo, foi realizado um estudo descritivo, uma vez que houve coleta de dados sobre a inclusão de alunos surdos no ensino superior por intermédio da acessibilidade linguística. Com base em pesquisas existentes ou que apresentaram similaridade com o tema principal, este trabalho é caracterizado como enfoque descritivo.

Conforme Gil (2008), a pesquisa descritiva tem como intuito realizar a descrição de um fenômeno ou situação detalhadamente, em especial o que ainda está ocorrendo possibilitando com precisão abranger eventos, situações e características de um grupo ou determinado indivíduo.

Em alinhamento com esse conceito, este estudo teve como objetivo analisar o processo de inclusão de alunos surdos no ensino superior por meio da acessibilidade linguística, buscando descrever a presença de ações inclusivas e sua repercussão no desenvolvimento do discente surdo.

Sendo assim, o método adotado para o desenvolvimento deste estudo baseou-se na revisão bibliográfica, com o objetivo de proporcionar um aprofundamento e melhor compreensão acerca da temática, sobre a isso Trivínos (2011, p. 110) retrata:

A maioria dos estudos que se realizam no campo da educação é de natureza descritiva. O foco essencial desses estudos reside no desejo de conhecer a comunidade, seus traços característicos, suas gentes, seus problemas, suas escolas, seus professores, sua educação, sua preparação para o trabalho, seus valores, os problemas do analfabetismo, a desnutrição, as reformas curriculares, os métodos de ensino, o mercado ocupacional, os problemas do adolescente (Trivínos, 2011, p. 112).

O autor menciona que o pesquisador deve possuir interesse e desejo constantes pela obtenção novos conhecimentos, contemplando os dados de seu interesse. Consequentemente, evidencia-se a importância do papel exercido por cada pesquisa na construção de novos saberes, permitindo uma melhor descrição da problemática abordada no estudo. A seguir, apresenta-se a abordagem utilizada como aporte para o desenvolvimento desta pesquisa.

### 3.3 Abordagem

Para alcançar os objetivos propostos neste trabalho, utilizou-se uma abordagem qualitativa. Conforme Minayo (2009), a pesquisa qualitativa corresponde à análise realizada pelo pesquisador, de forma imparcial, sobre diferentes indivíduos ou grupos sociais, considerando situações vivenciadas em seu cotidiano, com intuito de trazer novos apontamentos e definir de modo claro o objeto de estudo.

Logo, entende-se que a pesquisa qualitativa está enraizada nas Ciências Sociais, visto que alcança significados ligados diretamente à realidade do objeto pesquisado, como atitudes, relações e vivências. Minayo (2009), continua que :

[...] a pesquisa qualitativa responde a questões referentes a um conjunto de fenômenos humanos entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (Minayo, 2009, p. 21).

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa pode ser compreendida como um processo adaptável, que não apresenta padronização em relação ao objeto de estudo e possui caráter comunicativo e reflexivo, baseado no contexto, na análise de dados e nas percepções do autor. Sobre isso, Gerhardt e Silveira (2009) discorrem que:

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 13).

Assim, a abordagem deste trabalho se adequa às características mencionadas anteriormente, visto que seus resultados não foram quantificados, mas sim coletados e fundamentados por meio de ferramentas de análise de dados e

percepções que de algum modo contribuam para a temática pesquisada.

### 3.4 Procedimentos

Para a construção deste trabalho, foi utilizada a pesquisa bibliográfica, caracteriza pela síntese e análise de informações obtidas por meio de estudos publicados nas plataformas de busca, relevantes para determinadas temáticas, permitindo, assim, sintetizar o corpo de conhecimento existente (Marconi; Lakatos 2006). Sobre as vantagens deste tipo de pesquisa, Gil (2008) considera que:

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre a população ou renda per capita; todavia, se tem à sua disposição uma bibliografia adequada, não terá maiores obstáculos para contar com as informações requeridas. A pesquisa bibliográfica, também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários (Gil, 2008, p. 50).

Em complemento, este estudo identifica-se com o procedimento bibliográfico, pois utilizou trabalhos publicados para discorrer sobre a temática com mais especificidade, realizando uma simplificação de informação e análise delas “relacionando-as de forma coesa e crítica, adicionando explicações, sempre que necessário” (Paiva, 2019, p. 60).

Esta monografia se amparou em artigos diretamente relacionados à inclusão de alunos surdos no ensino superior por meio da acessibilidade linguística. Considerando o contexto desta pesquisa, foi necessário um recorte espacial e um recorte temporal, que auxiliou na escolha dos trabalhos já publicados, relacionados a temática principal e na delimitação do *lôcus* da pesquisa, em conformidade a Marconi e Lakatos (2021).

O recorte temporal considerou os trabalhos científicos realizados entre os anos de 2019 a 2024, sempre ligados à temática principal da pesquisa.

Por conseguinte, será discorrido acerca do processo de seleção e exclusão dos dados deste estudo.

### **3.5 Dos procedimentos de produção, coleta, seleção dos dados e contribuições esperadas**

Com o objetivo de acessar um grande volume de informações na qual seja possível sintetizar, revisar e analisar estudos em domínio público e indexados, foram utilizados três bancos de dados na constituição deste trabalho: a plataforma SciELO (*Scientific Electronic Library Online* – Biblioteca Eletrônica Científica Online), o Portal de Periódicos CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e o acervo bibliográfico do sistema de Letras Libras -UFAC.

A escolha das referências bibliográficas utilizadas partiu de um processo criterioso de seleção e exclusão dos dados, considerando o recorte temporal dos últimos cinco anos, de 2019 a 2024. Desse modo, serão apresentadas minuciosamente as etapas desse processo.

A priori, utilizou-se a plataforma SciELO (*Scientific Electronic Library Online* Biblioteca Eletrônica Científica Online), na qual foi realizada uma busca com as palavras-chave: “inclusão,” “surdos”, “ensino superior” e “acessibilidade linguística”. Nessa primeira busca, obteve-se um total de zero resultados. Entretanto, ao inserir no mecanismo de busca a terminologia “acessibilidade linguística de surdos no ensino superior”, obteve-se dois resultados, que, ao aplicar o recorte temporal, foram reduzidos a apenas um.

Em seguida, foi utilizado o Portal de Periódicos CAPES, no qual a inserção das mesmas palavras-chave: “inclusão,” “surdos”, “ensino superior” e “acessibilidade linguística”, foram obtidos sete resultados, destes, ao adicionar o recorte temporal restaram seis que ao serem selecionados através do critério de relação direta com a temática principal deste estudo fez-se necessário excluir três, totalizando assim apenas três resultados.

Por fim, foi realizada uma busca dentro do acervo bibliográfico do sistema de Letras Libras -UFAC. Entre os trabalhos de conclusões de curso disponíveis, foi encontrado um estudo relacionado à temática. Contudo, este não foi incluído na análise final, uma vez que não atendeu aos critérios de inclusão e exclusão.

Contabilizando os resultados nas respectivas plataformas, foram selecionadas quatro produções: (1) Acessibilidade Linguística de Surdos no Ensino Superior: Reflexões Sobre o Curso de Letras Libras/Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, (2) Libras e acessibilidade para surdos



no ensino superior, (3) Mediadores linguísticos e educacionais no ensino de surdos no ensino superior e (4) Reflexões sobre a acessibilidade linguística dos surdos no curso de Letras Libras do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia-UFRBA. Foram excluídos da análise os trabalhos publicados anteriormente ao ano de 2019, os escritos em línguas que não fosse o português e textos não disponíveis de modo gratuito e que não exercem relação com a problemática e/ou temática deste estudo.

Em seguida, serão apresentadas as análises obtidas sobre os dados coletados.

## **4 ANÁLISE DOS DADOS**

A inclusão de estudantes surdos no ensino superior é uma meta que vai além da simples inserção destes alunos em uma instituição; envolve, também, o acesso a uma educação de qualidade que lhes permita tanto o desenvolvimento quanto a permanência. Sob diferentes perspectivas, os artigos analisados abordam essa temática, destacando as políticas linguísticas, as dificuldades enfrentadas pelos estudantes surdos e as estratégias adotadas pelas instituições de ensino superior para a promoção da acessibilidade linguística a esses acadêmicos.

### **4.1 Inclusão e desafios para o ensino de surdos na educação superior**

Um dos principais elementos destacados pelos estudos analisados é que a acessibilidade linguística não deve ser vista apenas como uma questão de apoio, como a disponibilização de profissionais da área de interpretação no ambiente de ensino; há, também, uma necessidade crucial de adaptações estruturais e pedagógicas por parte da instituição de ensino para que a inclusão seja, de fato, bem-sucedida. Contudo, isso exige a implementação e a efetivação de políticas institucionais que garantam a utilização da Libras (Língua Brasileira de Sinais) como língua de instrução.

Borges (2020) conduziu uma investigação sobre o processo de integração de surdos que fazem parte do corpo discente de uma Instituição de Ensino Superior (IES) privada, localizada no estado de Goiás. No decorrer de sua pesquisa, a autora percebeu que, mesmo havendo medidas de acessibilidade, como a existência de um Núcleo de Apoio Psicopedagógico Especializado (NAPE) e Intérpretes de Libras, a disponibilidade insuficiente desses profissionais, a falta de capacitação dos docentes e a ausência dos intérpretes em sala de aula são obstáculos que dificultam a inserção e a permanência dos discentes com surdez na graduação” (Borges, 2020, p. 9).

Com isso, é notório que a barreira do idioma também consistiu um grande empecilho à acessibilidade, principalmente no que diz respeito à compreensão e interpretação de textos acadêmicos escritos em português, refletindo de modo negativo no desenvolvimento e desempenho acadêmico dos estudantes com surdez.

A pesquisa de Paiva e Melo (2021) também reforça essa perspectiva, ao expor suas análises das ações de acessibilidade no curso de Letras Libras/Língua

Portuguesa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Os autores mencionam que, mesmo com o método de ingresso no curso ocorrer de modo diferenciado, ofertando um edital específico onde se implementa um vestibular no qual a “seleção é composta por duas etapas: a primeira refere-se a uma prova objetiva em Libras, denominada Teste de Habilidades Específicas (THE), e a segunda constitui-se de uma redação de Língua Portuguesa escrita” (Paiva; Melo, 2021 p. 93); a instituição ainda enfrenta desafios quanto à efetivação dos direitos linguísticos dos estudantes com surdez. Os autores mencionam que a existência de políticas inclusivas não garante, automaticamente, sua execução, gerando assim a necessidade de um constante monitoramento para que essas medidas inclusivas sejam realmente asseguradas.

Nesse sentido, Bispo (2022) discorre sobre a vida acadêmica de alunos surdos e como as identidades surdas se refletem nas diversas experiências universitárias. A autora dá ênfase na não homogeneidade da identidade surda, deixando claro que, por haver múltiplas identidades, existem também inúmeras maneiras do indivíduo surdo relacionar-se com a Libras, influenciando de modo direto como cada um vivencia o ensino superior.

A pesquisa também expõe o fato de que somente a presença do profissional intérprete na sala e aula não configura, de modo total, a acessibilidade linguística, esta por sua vez podendo ser efetivada de modo conjunto ao uso da Libras como língua de instrução visto que “o português não pode ser fator de exclusão. A língua de sinais precisa estar presente em diferentes espaços, para que os surdos sejam os protagonistas” (Bispo, 2022, p. 78). Com isto, a autora alude a necessidade de incluir a Libras no cotidiano dos estudantes surdos, com a realização de adaptações das práticas pedagógicas para que seja dada a ele um lugar de prestígio na constituição de sua trajetória tanto pessoal quanto acadêmica.

Em complemento, Corrêa e Silva (2023) destacam o papel desempenhado pelos profissionais intérpretes e pelos professores, ressaltando a importância do trabalho colaborativo entre ambos para que seja possível alcançar bons resultados no âmbito educacional. Para Corrêa e Silva (2023, p. 8), “o TIL deve mediar a comunicação sem intervir no conteúdo da mensagem e manter o sigilo sobre as informações que foram veiculadas no momento em realizou a tradução”. Com isso, a autora destaca é necessário que o profissional intérprete atue apenas como um facilitador da comunicação, preservando sempre o teor e a integridade do conteúdo

passado pelo professor. Dessa forma, evidencia-se o valor da qualificação profissional e dos limites profissionais de suas atribuições, tornando maiores as possibilidades do sucesso acadêmico dentro do âmbito educacional.

Em concordância com os autores, é de suma importância, salientar que, apesar dos intérpretes serem profissionais que contribuem de forma grandiosa na comunicação em sala, apenas sua presença não é suficiente para que os alunos consigam usufruir de um ensino que permita seu desenvolvimento de modo equiparado aos demais colegas ouvintes. É imprescindível que as instituições de educação superior que ofertem vagas destinadas a pessoas surdas tenham uma adaptação e ofereçam práticas pedagógicas que alcance a pluralidade linguística presente em sala, para também seja que dado a Língua Brasileira de Sinais o reconhecimento e espaço como também sendo língua de instrução e não a restringir apenas como uma ferramenta de tradução.

#### **4.2 Identidades surdas e políticas linguísticas no ensino superior**

Ao abordar sobre a terminologia *Identidades surdas*, mesmo que inconsciente, surgem alguns questionamentos: Os surdos possuem identidades diferentes? Quais são elas? É essencial salientar que, assim como os ouvintes, os surdos também possuem uma identidade própria, construída gradativamente ao longo de suas vivências. Contudo, cada indivíduo, mesmo que surdo, possui uma identidade única, que se reflete em seu comportamento, costumes e ações.

Conforme elucidado por Bispo (2022), a identidade surda constitui-se como um dos principais componentes no campo da inclusão acadêmica. Dentro da comunidade surda, existem diversas Identidades, abrangendo tanto indivíduos surdos que buscam adaptar-se ao mundo ouvinte, como também aqueles que adotam a defesa da Língua de Sinais como seu principal meio de comunicação, não optando por adaptar-se ao mundo ouvinte. Vale ressaltar que essa escolha é fortemente influenciada pela identidade surda individual de cada indivíduo. A autora acrescenta que “é necessário pensar como materializar os direitos linguísticos dos surdos na academia, visando não apenas integrar e incluir, mas, acima de tudo promover justiça social” (Bispo, 2022, p. 78). Assim, entende-se que reconhecer e respeitar a surdez como uma característica cultural, e não apenas como uma deficiência, bem como observar o indivíduo surdo sob perspectiva de sua identidade, fundamental para o

estabelecimento de um ambiente acadêmico genuinamente inclusivo.

Em continuidade, Paiva e Melo (2021) argumentam que a acessibilidade linguística não deve ser compreendida apenas uma preocupação burocrática ou legislativa. De fato, existem estatutos e diretrizes que asseguram ao sujeito surdo o direito de utilizar a Libras no âmbito de ensino superior, como por exemplo a "Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Lei de Acessibilidade), a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002 (Lei da Libras ) e o decreto sob nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (Paiva; Melo, 2021, p. 91). Entretanto, os obstáculos são recorrentes e possuem um forte impacto na efetivação dessas leis, especialmente diante da infraestrutura de apoio insuficiente e da resistência institucional. Em consonância com os autores, a inclusão de modo significativo requer uma mudança transformadora: no pensamento de Libras é somente uma via de comunicação, mas sim a visão de que esta Língua tratasse de um constituinte fundamental no processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento acadêmico do estudante surdo.

#### 4.3 Formação de surdos: barreiras linguísticas e suas consequências

Os dados analisados, apontam a presença de diversos obstáculos para a inclusão dos alunos surdos nas instituições (Quadro 1); contudo, destacasse que a barreira do idioma constituiu-se como o principal desafio enfrentado pelos discentes surdos durante sua formação superior.

Quadro 1- Principais barreiras inclusivas identificadas

Principais barreiras	Dificuldade na interpretação e produção de textos acadêmicos em português devido às barreiras linguísticas.
	Ausência de materiais didáticos adaptados em Libras, resultando em dificuldade de aprendizagem.
	Infraestrutura inadequada e práticas pedagógicas não inclusivas, desconsiderando as singularidades linguísticas dos surdos.

Fonte: Dados da pesquisa.

Borges (2020, p. 8) discute que, mesmo os estudantes pesquisados apresentando avanços gradativos tanto na leitura quanto na escrita durante sua trajetória acadêmica, “o apoio insuficiente reflete negativamente na compreensão do material acadêmico disponibilizado”. Ainda há dificuldades associadas à compreensão e interpretação de textos com linguagem formal e em língua portuguesa, o que ocasiona a redução do desempenho acadêmico dos discentes com surdez, indicando, consequentemente, a necessidade de ações inclusivas mais fortes e eficazes.

Com isso, é importante ressaltar que o fomento a um suporte educacional qualitativo e adequado, direcionado a atender às singularidades linguísticas dos alunos surdos, é de fundamental importância para a compreensão e assimilação do conteúdo trabalhado por parte dos acadêmicos. Podendo assim quando ineficazes, comprometerem negativamente o sucesso acadêmico desses estudantes ao longo de toda sua jornada estudantil. Para promover a acessibilidade linguística, é essencial que se adote estratégias específicas, como expostas no Quadro 2, visando o atendimento às particularidades linguísticas do estudante surdo.

Quadro 2- Estratégias para a promoção da inclusão de alunos surdos

Estratégias Inclusivas	<b>Formação docente:</b> Investir na formação continuada dos professores em Libras, métodos de ensino e produção de materiais acessíveis.
	<b>Currículos bilíngues:</b> Adotar o ensino bilíngue com Libras como primeira língua e o português como segunda língua escrita.
	<b>Apoio especializado:</b> Implementar Núcleos de Apoio Psicopedagógico Especializado (NAPE) e contratar Tradutores Intérpretes de Libras (TIL).
	<b>Uso de tecnologias assistivas:</b> Incorporar recursos digitais para facilitar o aprendizado e a comunicação.

Fonte: Dados da pesquisa.

Paiva e Melo (2021) refaçam esse ponto de vista ao examinarem a forma de seleção para o curso de graduação de Letras Libras da UFRN. Constatou-se que apesar da aplicação de uma prova em Libras, a escrita de uma redação em língua portuguesa também utilizada para composição da nota final do teste, ainda representa um grande desafio para vários candidatos surdos que, por algum motivo, durante sua jornada de ensino desde a educação básica, não tiveram acesso a um ensino de

português que contemplasse de modo qualitativo suas singularidades linguísticas , o que reverbera na dificuldade em escrever.

Bispo (2022) afirma que a educação intercultural opera como recurso de fundamental importância para superação destes obstáculos, visto que é responsável por propiciar um ambiente de ensino aberto à troca de ideias e à aprendizagem de forma mútua entre variáveis grupos socioculturais. A respectiva autora, discorre sobre a necessidade de a universidade atuar como um espaço que reafirme a presença e garanta o respeito às diversas identidades surdas, assegurando não apenas as inserções (matrículas) no âmbito institucional, mas também ser um local onde a permanência desses até a conclusão do curso como algo natural e esperado.

Em continuidade, Corrêa e Silva (2023) também mencionam as adversidades que os estudantes surdos enfrentam no ensino superior, dando destaque às barreiras linguísticas deparadas pelos mesmos, devido a utilização simultâneas da Língua portuguesa e da Libras. As autoras elucidam que essa dinâmica resulta em interlínguas, o que dificulta o desenvolvimento da habilidade de escrever e da compreensão textual dos alunos. Além disso, ressaltam que a implementação e a efetivação de práticas inclusivas de ensino, especialmente no que diz respeito ao processo de letramento, é crucial, para que se possa atender de modo qualitativo as especificidades dos estudantes surdos, facilitando assim, sua inserção, participação e permanência nas instituições acadêmicas superiores.

#### **4.4 Influência dos obstáculos institucionais na resistência dos estudantes surdos no ensino superior**

A entrada de estudantes surdos nos cursos de ensino superior configura-se como uma dualidade: por um lado, têm-se a conquista de um direito; por outro, a dificuldade institucional em assegurar a permanência desses estudantes, buscando adaptar-se e atender às suas necessidades linguísticas. Como todo processo de adaptação possui obstáculos, é nesse contexto que surge os atos resistência dos alunos surdos na busca da plena participação acadêmica.

Em conformidade com Bispo (2022), é somente após ingressarem no ensino superior que a maioria dos surdos começam a construir, de maneira sólida, sua identidade surda, reconhecendo-se cultural e politicamente. Quanto a isso, a autora menciona que esse fator é influenciado diretamente pela exclusão linguística desses

estudantes, principalmente nos anos iniciais da educação básica, nos quais são inseridos em escolas onde o corpo discente é majoritariamente ouvinte. Consequentemente, acarreta no contato nulo ou reduzido com a Libras. A autora continua afirmando que é dentro da universidade que o sujeito surdo passa a perceber sua língua e sua cultura, acarretando em reflexões e o encorajando a cobrar melhorias para viabilizar sua permanência na instituição.

Sobre essa questão, Paiva e Melo (2021) sustentam que, mesmo com o suporte inicial ofertado aos surdos sendo baseado em legislações e normativas, a ausência de apoio pedagógico e de materiais acessíveis que atendam às suas singularidades linguísticas faz com que esses alunos desenvolvam técnicas individuais para o aprendizado do conteúdo trabalhado, reunindo-se entre si para sanar dúvidas e compartilhar informações. É nessa movimentação individual por parte dos estudantes surdos que se torna possível identificar sua resistência e luta na busca de um ambiente de ensino mais inclusivo.

Borges (2020), em consonância com o que foi exposto, explica que o modo de resistência apresentado pelos estudantes surdos vai além de uma estratégia encontrada para enfrentar as dificuldades e vencer as barreiras que lhes são impostas. Trata-se também, um modo de questionar as ações que estão sendo ou não tomadas institucionalmente, defendendo a utilização da Libras como língua de instrução e construindo novas oportunidades ao demonstrar que existem outros modos de aprender e ensinar.

Quanto a essas questões, Corrêa e Silva (2023) afirmam que a resistência dos alunos com surdez deve ser observada sob uma perspectiva política e de ação coletiva, tendo em vista que, esses alunos apenas lutam e reivindicam melhorias na qualidade do ensino que lhes é ofertado, buscando não somente benefícios individuais como também coletivos, contemplando toda a comunidade surda. As autoras concordam que é de suma importância escutar esses estudantes para seja possível implementar ou modificar políticas e práticas inclusivas já adotadas institucionalmente, considerando a perspectiva de suas experiências de vida para ofertar, de forma efetiva, a acessibilidade linguística.

Dessa forma, pode-se afirmar que a resistência surda é manifestada de forma clara pelos discentes surdos todos os dias, em cada ação, reivindicação, participação e, principalmente, na luta cotidiana de um indivíduo que reconhece seus direitos e não aceita a ideia de ser silenciado.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar o processo de inclusão dos alunos surdos no ensino superior, por meio da acessibilidade linguística, com foco nos cursos de Licenciatura em Letras-Libras. Examinaram-se as medidas com a finalidade de garantir tanto sua matrícula quanto seu desenvolvimento e sua permanência no ensino superior. Para tanto, inicialmente, foi realizada uma revisão de literatura, utilizando trabalhos de vários autores referentes à inclusão e à acessibilidade linguística de surdos, sendo, assim, de fundamental importância para melhor compreender a temática estudada.

Durante a revisão da literatura, foram trazidas informações que permitiram observar, com mais profundidade, o objetivo geral e atingir os objetivos específicos deste trabalho. Ao realizar a análise dessas informações, identificou-se a barreira linguística como uma das principais enfrentadas pelos estudantes surdos no ensino superior.

A necessidade do uso contínuo do português para a realização de atividades acadêmicas ainda é um grande obstáculo a ser superado, pois mesmo que haja adaptação no processo de vestibular, podendo ser acessível em Libras, como por exemplo o adotado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, os estudantes surdos, após garantirem sua vaga no curso de graduação, deparam-se com textos de linguagem acadêmica, gerando dificuldades na compreensão e interpretação, já que esses textos, muitas vezes, possuem terminologias específicas ainda desconhecidas pelo discente.

A ausência ou escassez de materiais didáticos adaptados em Libras e de metodologias direcionadas para atender às especificidades linguísticas dos alunos surdos é algo presente de forma predominante no cotidiano desses estudantes, levando em consideração que muitos profissionais da instituição, principalmente professores e intérpretes, não possuem uma qualificação adequada. É importante ressaltar a atuação de alguns docentes e intérpretes que, mesmo sem acesso ou oportunidades para realizar uma qualificação profissional continuada, esforçam-se individualmente, em adaptar seus materiais e incluir os alunos surdos durante as aulas contribuindo no processo de inclusão desses estudantes.

Além disso, os resultados apontam que, mesmo com avanços significativos nas políticas de inclusão, ainda há, no que se refere a acessibilidade para surdos no

ensino superior, desafios a serem superados e medidas a serem implementadas. Isso porque mesmo que a lei assegure aos estudantes surdos a presença do profissional intérprete de Libras em sala de aula, mesmo desempenhando um papel crucial, ainda não é o suficiente para a promoção de um ambiente plenamente acessível. Muitos intérpretes se deparam com a necessidade de assumir a responsabilidade do papel de educador, tendo que realizar atividades que transcendem os limites de sua profissão, enfatizando assim, a importância de professores bilíngues e a necessidade de formação continuada aos docentes e a presença de uma boa infraestrutura educacional adequada, que ampare, instigue e ofereça ferramentas para que possam capacitar-se, buscando o ensino de qualidade e gerando um impacto significativo no desempenho acadêmico dos estudantes surdos.

No que tange à efetividade das medidas inclusivas implementadas, conclui-se que ela depende de diversos fatores, podendo variar de acordo com as situações vividas pelo o indivíduo com surdez, levando em consideração sua identidade, aspectos culturais, biológicos e principalmente sua percepção de mundo, visto que todas essas características influenciam no grau essa efetivação pode ocorrer.

É de fundamental importância mencionar que a vida do estudante surdo fora da sala de aula, mesmo ainda dentro da universidade, também apresenta obstáculos em relação à comunicação em Libras, sendo, por muitas vezes limitada, o que restringe o acesso desses estudantes a outros ambientes como biblioteca, sala de informática. Tal situação destaca a importância e a necessidade da acessibilidade linguística na infraestrutura educacional como um todo, não sendo restrita apenas às salas de aula.

O acesso dos surdos ao ensino superior não é somente uma conquista, mas também algo que demanda mudanças profundas em uma estrutura educacional enraizada no ensino voltado para pessoas ouvintes, acarretando na necessidade de repensar suas políticas e ações inclusivas, visando converter um cenário educacional majoritariamente excludente em inclusivo.

Nesse contexto, surge a resistência surda, refletida em cada ação movida dos estudantes surdos, sejam elas grandes ou pequenas, na busca incessante por seus direitos. Nota-se que essa resistência não é um ato isolado, mas sim algo contínuo e transformador. É através dessa atuação crítica e coletiva que esses estudantes avançam cautelosamente, passo a passo a caminho de uma educação realmente inclusiva e igualitária.

Diante do exposto, é indispensável que as instituições de ensino superior busquem ampliar e efetivar suas ações inclusivas, principalmente na parte referida aos estudantes surdos. Medidas fundamentais, como implementação de currículos bilíngues, formação continuada dos professores com foco na Libras e adaptação de materiais didáticos visuais que realmente abranjam as singularidades linguísticas dos alunos com surdez, fazem-se necessárias para garantir um ambiente acadêmico mais fluído e equitativo. Além disso, a presença de um apoio psicopedagógico e criação de espaços de acolhimento podem ser elementos norteadores e de grande contribuição para a adaptação desses alunos no ensino superior.

Para a realização de pesquisas futuras sobre a temática, sugere-se que se realize um estudo empírico sob a perspectiva dos próprios alunos surdos, sobre a eficácia e efetivação das ações inclusivas adotadas em universidades diferentes. Contudo, também seria de grande apreço desenvolver pesquisas voltadas para como a qualificação profissional dos docentes impactam no desenvolvimento e aplicabilidade de novas práticas pedagógicas mais acessíveis, e analisar também o papel das tecnologias assistivas no desenvolvimento desses acadêmicos surdos, esperando-se, assim, a fomentação de novos estudos envolvendo a temática da acessibilidade linguística para surdos no ensino superior, podendo contribuir cada vez mais para a efetivação das políticas de inclusão.

À luz dos fatos apresentados, conclui-se que a acessibilidade linguística é muito importante e que sua promoção deve ser um compromisso social e educacional, não somente limitar-se apenas à sala de aula. Ampliar seu campo de abrangência é de suma importância para se construir uma universidade mais inclusiva, equitativa e igualitária.

Ampliar o acesso, a permanência e garantir o desenvolvimento dos estudantes surdos no âmbito acadêmico é uma tarefa desafiadora e coletiva, abrangendo um constante esforço do poder político, mas majoritariamente de toda a comunidade acadêmica, para que, assim, seja possível promover um ambiente plural, que respeite tanto os estudantes ouvintes quanto os estudantes surdos, valorizando e respeitando suas singularidades linguísticas, culturais e identitárias.

Por fim, é de suma importância enaltecer a resistência dos estudantes surdos que, mesmo conscientes de todos os obstáculos que enfrentaram ou que venham a enfrentar, seguem se esforçando, lutando e defendendo seus direitos, sentindo-se entusiasmados e extremamente realizados ao adentrar no ensino superior.

## REFERÊNCIAS

ALVES, M. R. **Anteprojeto de um centro educacional bilíngue para surdos em Rio Branco, Acre**. 2021. 99 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado) - Faculdade Barão do Rio Branco, Centro Educacional do Norte - UNINORTE, 2021.

BARBOSA, S. **Desafios da acessibilidade linguística no ensino superior**. São Paulo: Editora Educacional, 2019.

BISPO, J. P. **Reflexões sobre identidade surda e acessibilidade linguística no curso de Letras Libras do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**, 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&source=&id=W4311885726>. Acesso em: 29 jul. 2024.

BORGES, R. L. Libras e acessibilidade para surdos no ensino superior. **Revista Sinalizar**, v. 5, e60287, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/sinalizar/article/view/60287>. Acesso em: 29 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 5.626 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/d5626>. Acesso em: 12 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.436, de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/2002/L10436>. Acesso em: 12 nov. 2024.

CARDOSO, L. L.; HEROLD, C. J. Educação e surdez na década de 1950 no Brasil: Um panorama histórico acerca de Ana Rímoli de Faria Dória. **Histedbr On-line**. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8645139/14400>. Acesso em: 30 jan. 2025.

CARVALHO, V. O. **A história de educação dos surdos: o processo educacional inclusivo**. 2015. Disponível em: [https://www.uern.br/controladepaginas/educacao-atual-arquivos/36782\\_final\\_\\_a\\_hista%E2%80%99Cria\\_de\\_educaa%E2%80%99A1a%C6%92o\\_dos\\_surdos...vanessa\\_carvalho.pdf?form=MG0AV3](https://www.uern.br/controladepaginas/educacao-atual-arquivos/36782_final__a_hista%E2%80%99Cria_de_educaa%E2%80%99A1a%C6%92o_dos_surdos...vanessa_carvalho.pdf?form=MG0AV3). Acesso em: 29 ago. 2024.

CORREIA, A. M. S; SILVA, E. K. S.. Mediadores linguísticos e educacionais de surdos no ensino superior. **Pesquisa e Debate Educação**, Juiz de Fora: UFJF, v. 13, p. 1-14, e38195, 2023. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&source=all&id=W4392142788>. Acesso em: 24 nov. 2024.

DALL'ASEN, T.; PIECZKOWSKI, T. M. C. **Surdez, identidade e diferença**, 2022. Disponível em:

<https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&source=&id=W4286823414>. Acesso em: 02 set. 2024.

DEMO, P. **Introdução ao ensino da metodologia da ciência**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

DORIA, A. R. F. **Compêndio de educação da criança surdo-muda**. 2. ed. Rio de Janeiro: INES, 1958.

FLEURY, M. T. L.; WERLANG, S. R. da C. Pesquisa aplicada: conceitos e abordagens. **Anuário de Pesquisa GV Pesquisa**, 2016.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDFELD, M. **A criança surda: Linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. São Paulo: Plexus, 1997, p. 26.

KENDRICK, D.; CRUZ, G. C. Libras e Formação Docente: da Constatação à Superação de Hierarquias. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, n. 4, p. 571-586, out.-dez. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/q4YtCpbt9bmYH6GdsbbpnHc/?lang=pt>. Acesso em: 02 ago. 2024.

LIMA, F. **Políticas públicas e inclusão no ensino superior**. Recife: Editora Universitária, 2017.

LODI, A. C. B. Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05. **Educação e Pesquisa**, v. 39, n. 1, São Paulo, jan./mar. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022013000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022013000100004). Acesso em: 30 jan. 2025.

MANTOAN, M. T. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Editora Summus, 2006.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002 [2021].

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

PAIVA, G. O. S.; MELO, F. R. L. V. **Acessibilidade linguística de surdos no ensino superior: reflexões sobre o curso de Letras Libras/Língua Portuguesa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte**, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&source=&id=W3137447446>. Acesso em: 29 jul. 2024.

PAIVA, V. P. M. O. **Manual de pesquisa em estudos linguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

PELLEGRINELLI, J. **O surdo e as posições sujeito ontem e hoje**: falta, excesso ou diferença, 2009. Disponível em: [http://taurus.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/269721/1/Costa\\_JulianaPellegrinelliBarbosa\\_D.pdf](http://taurus.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/269721/1/Costa_JulianaPellegrinelliBarbosa_D.pdf). Acesso em: 26 jan. 2025.

QUADROS, M. **Formação de Professores de Libras**: Teoria e prática. São Paulo: Editora FTD, 2013.

RIBEIRO, E.; NERLI, R. **História da Educação dos Surdos no Brasil**. PPE.UNB, 2015. Disponível em: [http://www.ppw.uwwm.br/publicações/seminário\\_ppe\\_2015/trabalhos/co\\_04/94.pdf](http://www.ppw.uwwm.br/publicações/seminário_ppe_2015/trabalhos/co_04/94.pdf). Acesso em: 02 jan. 2025.

ROCHA, S. **O INES e a educação de surdos no Brasil**: Aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos. 1. ed. São Paulo, 2008.

SILVA, A. **Experiências e boas práticas em inclusão educacional**. São Paulo: Editora Acadêmica, 2020.

SILVA, A. C. *et al.* Educação de surdos no ensino superior na perspectiva inclusiva. **Revista Educação Especial**, v. 35, n. 1, p. 141-158, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/70314/63449>. Acesso em: 05 set. 2024.

STROBEL, K. **História da educação de surdos**. Florianópolis, 2009. Disponível em: [https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase\\_HistoriaEducacaoSurdos.pdf](https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecific/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf). Acesso em: 30 jan. 2025.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2011.